

DESASTRES AMBIENTAIS E CONFLITOS SOCIO-ESPACIAIS NO BRASIL

Desastres Ambientales y Conflictos Socioespaciales en Brazil
Environmental Disasters and Socio-Spatial Conflicts in Brazil

RESUMO

Os desastres relacionados às águas, ocorridos no Brasil, aprofundaram e ampliaram as pesquisas sobre tais fenômenos. Este artigo analisa os conflitos decorrentes da resposta do governo da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ às consequências dos desastres: o programa de habitação popular "Morar Feliz". Realizaram-se levantamentos bibliográficos, coleta de dados em órgãos públicos e entrevistas com moradores reassentados. Os resultados indicam a existência de conflito de interesses que opõem os moradores que reivindicam ficar no bairro em que residem, ou próximo a ele, e o governo municipal, que promove a expansão urbana em áreas com insuficiência de infraestrutura urbana.

Palavras-Chave: desastres ambientais, habitação popular, risco.

RESUMEN

Los desastres relacionados con el agua que ocurrieron en Brasil profundizaron y ampliaron las investigaciones sobre estos fenómenos. En este artículo se analizan los conflictos que surgen como resultado de la respuesta del gobierno de la ciudad de Campos dos Goytacazes / RJ frente a las consecuencias de los desastres: el programa de vivienda pública "Morar Feliz". La investigación se basó en la literatura sobre el tema, en recolección de datos en los organismos públicos y en entrevistas con residentes reassentados. Los resultados indican la existencia de conflictos de intereses que oponen a los residentes que pretenden permanecer en el distrito en el que residen, o al menos cerca; al gobierno municipal, que promueve la expansión urbana en las zonas con insuficiencia de infraestructura urbana.

Palabras Clave: Desastres ambientales, viviendas públicas, riesgo.

ABSTRACT

Water-related disasters occurred in Brazil deepened and expanded researches on such phenomena. This article analyzes the conflicts arising from the response of the government of the city of Campos dos Goytacazes / RJ concerning the consequences of these disasters: the public housing program "Morar Feliz". There were conducted bibliographic researches, data collection in public entities and interviews with residents resettled. The results indicate the existence of conflict of interests that opposes residents who claim to stay in the district in which they reside, or close to it; and the municipal government, which promotes urban sprawl in areas with lack of urban infrastructure.

Keywords: Environmental disasters, public housing, risk.

Antenora Maria da Mata Siqueira

Doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora da Universidade Federal Fluminense/Campos, Brasil.
antenoras@id.uff.br

Juliana Nazareno Mendes

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense no Departamento de Serviço Social de Campos, Brasil.
julianatnmendes@gmail.com

Alex José Lemos Filho

Graduando em Geografia na Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Brasil.
alexlemos@id.uff.br

Artigo recebido em: 09/09/2016

Artigo publicado em: 15/12/2016

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Dezembro, 2016
ISSN 2175 -3709

1 - *A base empírica utilizada para a construção deste artigo faz parte da pesquisa sobre inundações no Norte Fluminense/RJ/BR, financiada pela FAPERJ.*

2 - *No lugar do termo "evento", o autor sugere utilizar o termo "ocasião". QUARANTELLI, E., "What should we study? Questions and suggestions for Researchers about the concept of Disasters", International Journal of Mass Emergencies and Disasters, March, Vol. 5, No. 1, 1987, pp. 7-32.*

Introdução

Os países da América Latina, entre eles o Brasil, mesmo com experiências distintas, vivenciaram processos de colonização, de conquista e inserção em modelos de desenvolvimento social e econômicos regulados com base em realidades distantes e, muitas vezes, alheias aos projetos de cunho interno aos próprios países. Ao longo dos séculos, em muitos deles, as desigualdades sociais e econômicas se reproduziram e se aprofundaram.

Os recentes desastres relacionados às águas, ocorridos no Brasil, motivaram o aumento das reflexões de natureza sociológica sobre tais fenômenos, relacionando-os aos processos de desenvolvimento. Ao considerar os desastres como socialmente construídos, as dimensões socioeconômicas, culturais e políticas são consideradas fundamentais, junto aos aspectos biogeofísicos. Se, em vários países das Américas, da Europa e da Oceania, há uma longa tradição no estudo social dos desastres, é nas décadas mais recentes que, no Brasil, alguns pesquisadores e instituições conquistaram um acúmulo de produção científica, no âmbito das Ciências Sociais, sobre tal temática. Neste país ainda se trabalha para derrubar o mito de que desastre ambiental é objeto apenas das ciências naturais, aliado a outro mito, o de que o Brasil é "um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza", onde não ocorrem catástrofes. As tragédias das regiões Serrana, do Norte do Estado do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de Minas Gerais e de outras regiões dos estados brasileiros, ocorridas no início deste século, revelaram as faces do cotidiano agudizadas por tais crises.

No Norte do Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes adotou, como uma das estratégias de enfrentamento das consequências dos desastres, o programa habitacional "Morar Feliz". Destinado a retirar famílias das chamadas "áreas de risco", foram construídas 5.426 unidades habitacionais, entre 2010 e 2012, com previsão de mais 4.574 casas até 2016. O Programa pretende atender 10.000 famílias, provocando grande deslocamento de pessoas nas áreas urbana e rural. Na primeira fase, toda em área urbana, parte das famílias afetadas por desastres foram deslocadas para diferentes conjuntos habitacionais.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar os conflitos decorrentes da ação de deslocamento das famílias residentes no bairro de Uruaí, que, ao serem

atingidas pelas enchentes do rio que dá nome ao bairro, foram para três conjuntos habitacionais do "Morar Feliz". A ênfase será nos conflitos construídos no seio das desigualdades vivenciadas historicamente, e que se manifestaram no processo de saída de famílias, bem como nos seus movimentos de resistência. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos, coleta de dados em órgãos públicos e em fontes hemerográficas, assim como entrevistas com os moradores deslocados¹. Os resultados indicam a existência de conflito, relativo à ocupação do solo urbano e ao ordenamento territorial, estando, de um lado, os moradores que reivindicam ficar no bairro em que residem, ou próximo a ele, e, do outro lado, o governo municipal e os agentes imobiliários que promovem a expansão urbana.

I. Desastres Ambientais e Conflitos Socioespaciais

Quarentelli² (1987) alerta que muitas crises sociais são desencadeadas por fatores como as inundações, erosões marinhas, movimentos de massa, ciclones, vendavais, estiagens e secas, entre outros.

Na América Latina e Caribe, têm sido frequentes os desastres relacionados às secas prolongadas e chuvas torrenciais, como também à passagem de furacões e ao colapso de barragens. (Waterlat, 2014; Osso/Desinventar, 2015).

Em tal contexto, nos últimos quinze anos (de 2000 a 2015), o Brasil tem-se defrontado com inúmeras ocasiões de crise social e/ou socioambiental. Os de maior incidência são as estiagens e secas (54% dos registros entre os anos de 1991 e 2010), seguidas de inundações bruscas e alagamentos (CEPED/UFSC 2012a). Destaca-se que tanto as estiagens quanto as inundações são fenômenos históricos no país, sendo que, nas últimas décadas, a frequência e os danos tem sido maiores.

Na década de 1990 foram registrados 8.671 desastres e, no decênio seguinte (2000), se alcançaram 23.238 ocorrências no país (idem). Contabilizou-se um total de 96,2 milhões de afetados. A região Sudeste foi a que mais concentrou o número de mortes, representando 57,25% de óbitos das regiões brasileiras. Isso se deve ao fato de que nesta região está localizado um maior volume de população, assim como os maiores contingentes populacionais residindo em áreas de moradias precárias. No Estado do Rio de Janeiro, os eventos de inundação brusca são os mais comuns e correspondem a 42% dos registros de

desastres (CEPED/UFSC, 2012b). As ocorrências frequentes e a forma como tem sido enfrentada e interpretada a dimensão social dos desastres fez com que se intensificassem as pesquisas, gerando uma massa crítica com maior produção científica no Brasil, em constante diálogo com as produções internacionais.

Na perspectiva das Ciências Sociais, desastres são considerados processos socialmente construídos. Nesse sentido, o estudo das condições sociais em sua historicidade é fundamental para entendê-las. Trata-se, como afirma Garcia-Acosta (1996, p.7), de “considerar que el desastre es el resultado de la confluencia entre un fenómeno natural peligroso y una sociedad o un contexto vulnerable”, o que prolonga os estudos desse campo para além do momento da “ruptura grave”, provocada por fenômenos físicos, como chuvas, terremotos, movimentos de massa, entre outros. Nesse campo se encontra Valencio (2009a), que, dialogando com Jena (2004), afirma que o desastre é fabricado no funcionamento “normal” da sociedade, e que o enfrentamento desse processo não deve ter caráter reducionista ao dia do acontecimento do fenômeno natural. Valencio também chama a atenção para que “os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos” (Valencio, 2009a, p.44) e considera que tal lógica transfere os custos ambientais para os grupos sociais em posições desfavorecidas nos aspectos, econômico e político, configurando-se uma situação de injustiça ambiental (Acsehrad apud Valencio, 2009a). Segundo Acsehrad, Herculano e Pádua (2004, p.10), injustiça ambiental refere-se à:

condição de existência coletiva própria de sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Tal abordagem segue uma perspectiva que se soma àquelas que atestam que, nos desastres, os grupos empobrecidos sofrem os maiores danos, inclusive pelo abandono das autoridades públicas (Valencio, 2012; Acosta, 2005; Douglas, 1976; Quarantelli, 2005), tornando a noção de justiça como mobilizadora da ação política entre os afetados.

Nesse contexto, as análises dos conflitos socioespaciais se situam no campo da

desigualdade, que, de acordo com Rodrigues (2007, p. 74):

exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual do espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano.

Portanto, os conflitos socioespaciais não são interpretados na situação de crise social, mas na vida cotidiana. Eles não são fenômenos isolados, mas dizem respeito a uma lógica de expansão de fronteiras econômicas por todo o globo, que coloca em evidência como a sociedade (e seus processos sociais) se constitui, constituindo a sua espacialidade.

Toda sociedade produz antagonismos, divergências de convicções e interesses que, ao serem confrontados, tornam manifesto o conflito. Na perspectiva adotada neste artigo, o conflito é inerente à vida em sociedade, e atua como propulsor das transformações no *status quo*. Ele se desenvolve no plano da distribuição do poder, em que diferentes tipos de força (social, econômica e política) constituem trunfos, com pesos relativos no espaço social onde se configuram as relações de hegemonia e dominação. O conflito se exprime também no plano simbólico, mediante elaboração de categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios, que estruturam e legitimam as ditas relações de poder (Bourdieu, 1998). A sua análise implica incorporar desde os antagonismos de interesses decorrentes de posições sociais e convicções concorrentes, expressos de modo latente, até as suas manifestações espetaculares e politicamente externalizadas em torno da visibilidade pública, levando em conta os modos diversos de manifestação da divergência de convicções e interesses. (Neves, 1995, p.63).

Nesse sentido, quando analisamos os enfrentamentos das situações de desastres, por parte das gestões municipais, consideramos que tais conflitos estarão presentes e poderão se manifestar durante o processo.

Em Campos dos Goytacazes-RJ, a resposta aos problemas relacionados aos desastres relacionados à água, vem sendo dada por meio de programas habitacionais centrados, essencialmente, no deslocamento de famílias residentes em áreas consideradas pelos agentes públicos como de risco social e ambiental, gerando diferentes formas de conflitos, como veremos

a seguir.

II. Entre Terras e águas: os conflitos socioespaciais dos deslocamentos de moradores para os conjuntos habitacionais populares em Campos dos Goytacazes/RJ

Toda formação urbana é uma trama de contradições que varia em função da sua localização e contextos sociais, políticos e econômicos.

Distante da capital 275 km, Campos dos Goytacazes localiza-se ao Norte do Estado do Rio de Janeiro (figura 1). Possui uma área de 4026,696 Km², com uma população total de 463.731 habitantes (IBGE, 2010).

O PIB *per capita* em Campos dos Goytacazes em 2000 era de R\$ 27.326,22³, em 2010, foi de R\$ 55.714,79. Assim, foi possível identificar um aumento da geração de riqueza no município durante a década, notadamente devido às atividades petrolíferas.

Todavia, esses números não refleti-

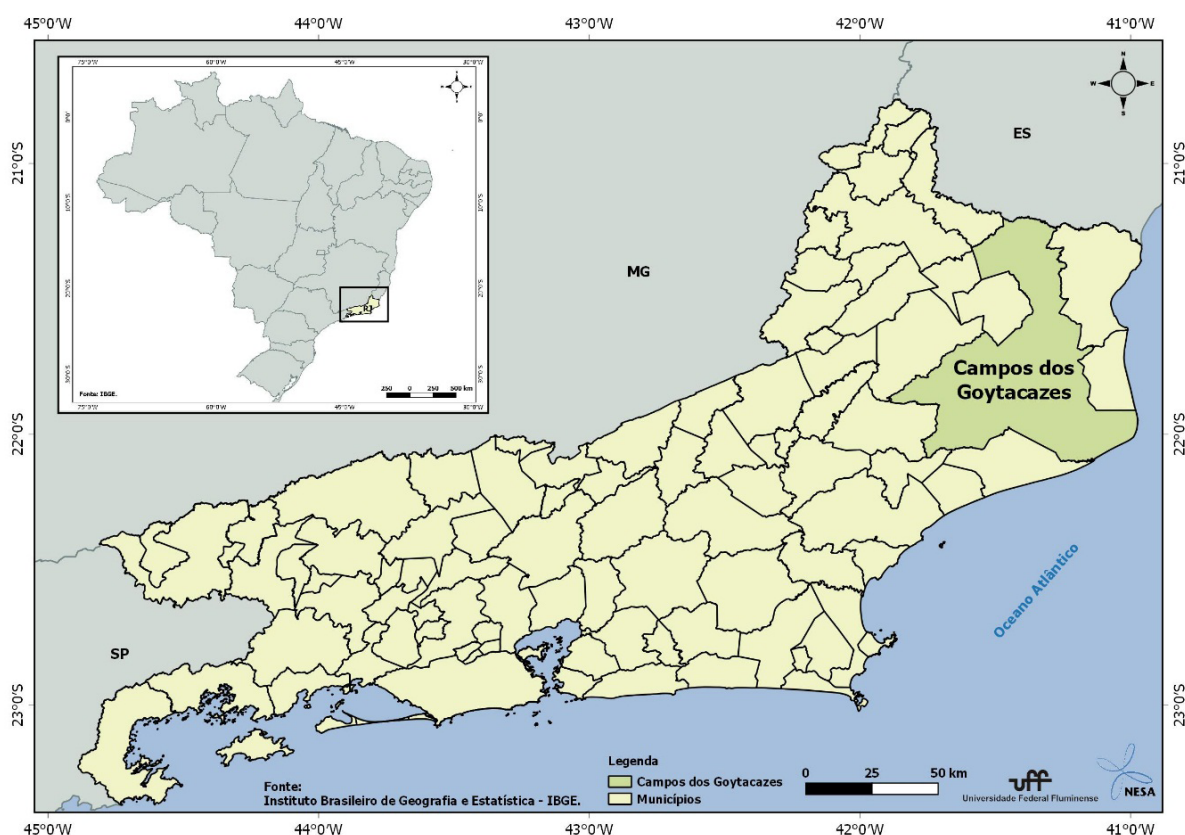


Figura 1: Localização do Município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: NESA/UFF

ram diretamente nas condições de vida da população como um todo: o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) no ano de 2010 era 0,716. Apesar de ter apresentado uma melhora em relação ao ano de 2000, quando alcançou 0,618, é possível inferir que tal desempenho se deve ao peso do aumento da esperança de vida. Isso porque, no se que se refere à apropriação da renda, em 2000, 20% da população mais pobre detinha apenas 3,2% da renda, e, em 2010, esse percentual ficou em 3,3%, ou seja, ainda muito baixo. Durante o mesmo período, os 20% mais ricos diminuíram, porém muito pouco,

sua fatia da renda total do município: de 61,5% para 60,5%. Portanto, ainda seguem concentrando consideravelmente a renda. Já quanto à educação, o município é conhecido pelo baixo desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), por exemplo, com 4,0 em 2013, um dos piores do Estado do Rio de Janeiro. A análise desses dados mostra que o crescimento econômico ocorre, mas a concentração de renda ainda permanece expressiva.

Nas últimas décadas, a atividade econômica preponderante na alteração do PIB foi a extração do petróleo na Bacia

de Campos. Entretanto, as desigualdades sociais e econômicas também trazem a herança da economia sucroalcooleira, atividade secular no município, que deixou fortes marcas pela via da desigualdade socioeconômica e territorial, presentes na formação dos espaços habitados do município.

Localizado no delta do Rio Paraíba do Sul, seu povoamento se deu sobre uma planície de inundações, caracterizada por relevos suaves e baixas declividades. Se a planície dos índios Goitacá, que deu origem aos Campos dos Goytacazes, era formada por campos de inundação, foi em meio a matas de restinga, rios, lagos e lagoas que eles foram dizimados. Índios, escravos, trabalhadores, fauna e flora foram igualmente expropriados pela expansão das fronteiras agroindustriais.

Desde o período colonial, o modelo agrário-exportador, centrado no cultivo da cana-de-açúcar para fabricação de açúcar e depois álcool, bem como a pecuária, demarcou a forma de uso e apropriação do ambiente (em todas as suas dimensões). Florestas dizimadas para utilização de madeira nos fornos dos engenhos e em construção civil; drenagens de lagoas, brejos e pântanos para aumento de área agricultável; poluição dos corpos hídricos com dejetos da fabricação de açúcar; construção de diques para a proteção das propriedades contra inundações, entre outras práticas centenárias. Além disso, esse modelo contribuiu para que a ocupação no setor agrícola vinculado à cana fosse uma das principais fontes de renda dos trabalhadores empobrecidos que formavam a malha urbana do município. Consequentemente, desprovidos de renda suficiente para aquisição de um pedaço do solo urbano e de uma casa, desde épocas pretéritas, em que sequer a legislação ambiental regulava certas áreas da cidade, foram eles, paulatinamente, forçados a ocupar áreas inapropriadas para a habitação, como beiras de rios, lagos, ferrovias e rodovias, tendo como alternativa a autoconstrução de suas moradias.

De acordo com Siqueira (2012), o município é banhado por rios, lagoas, brejos e canais que fazem parte das bacias hidrográficas do Rio Itabapoana e do Rio Paraíba do Sul. Nesse contexto, as imagens e discursos sobre o transbordo dos rios são veiculados, especialmente pela mídia regional e, de modo geral, incorporados pela população como parte do seu cotidiano, uma vez que se repetem nos períodos de verão, embora esporadicamente alguns se

destaquem pela sua abrangência e intensidade.

De acordo com Malagodi e Siqueira (2012), as principais inundações por que passam os moradores de Campos dos Goytacazes são decorrentes dos transbordamentos do rio Paraíba do Sul e do rio Ururá. Em 1966, o rio Paraíba do Sul atingiu a cota 10,8 metros, deixando aproximadamente onze mil pessoas desabrigadas. Já em 2007, o mesmo rio atingiu a cota máxima de 11,6 metros, atingindo grandes bairros localizados em suas margens. Nos registros do Sistema de Informação Nacional da Defesa Civil brasileira, os desastres registrados nesse município são os ocorridos a partir de 2003 (tabela 1), com destaque para os eventos ocorridos em 2008.

Tabela 1: Desastres em Campos dos Goytacazes

| Mês/Ano | Tipo | Bacia Hidrográfica | Pessoas | | |
|-------------------|-------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| | | | Desalojadas | Desabrigadas | Afetadas |
| 2003 | Contaminação do Manancial de água e abastecimento da cidade | Bacia do rio Paraíba do Sul | 0 | 0 | 300.000 |
| 2007 ^a | Inundação gradual | Bacia do rio Paraíba do Sul | 48.068 | 8.345 | 100.145 |
| 2007 ^b | Inundação brusca | Bacia do rio Itabapoana | 0 | 0 | 5000 |
| Nov/2008 | Inundação gradual | Bacia do rio Ururaí / Lagoa Feia | 15.022 | 2181 | 40.000 |
| Dez/2008 | Inundação gradual | Bacia do rio Paraíba do Sul | 2.251 | 3208 | 45.000 |
| Jan/2011 | Inundação gradual | Bacia do rio Muriaé | 2947 | 129 | 0 |
| TOTAL | | | 68.288 | 13.863 | 490.145 |

Fonte: Elaboração própria com base nos AVADAN/SINDEC.

Segundo dados do Sistema de Informação Nacional de Defesa Civil, os eventos disparadores dos desastres que ocorrem com maior frequência são as inundações. Leite (2014) afirma que episódios de seca também são frequentes, no entanto, identificamos que estes não são registrados pela Defesa Civil. Nossa hipótese é a de que, por atingirem prin-

cipalmente o meio rural, o socorro, em casos de seca, é ofertado pela Secretaria de Agricultura e não pela Defesa Civil.

Em novembro de 2008, a Baixada Campista vivenciou sua maior inundação, afetando áreas de três distritos, entre outras localidades, o núcleo urbano de Ururaí (figura 2).

Distante aproximadamente 12 km do

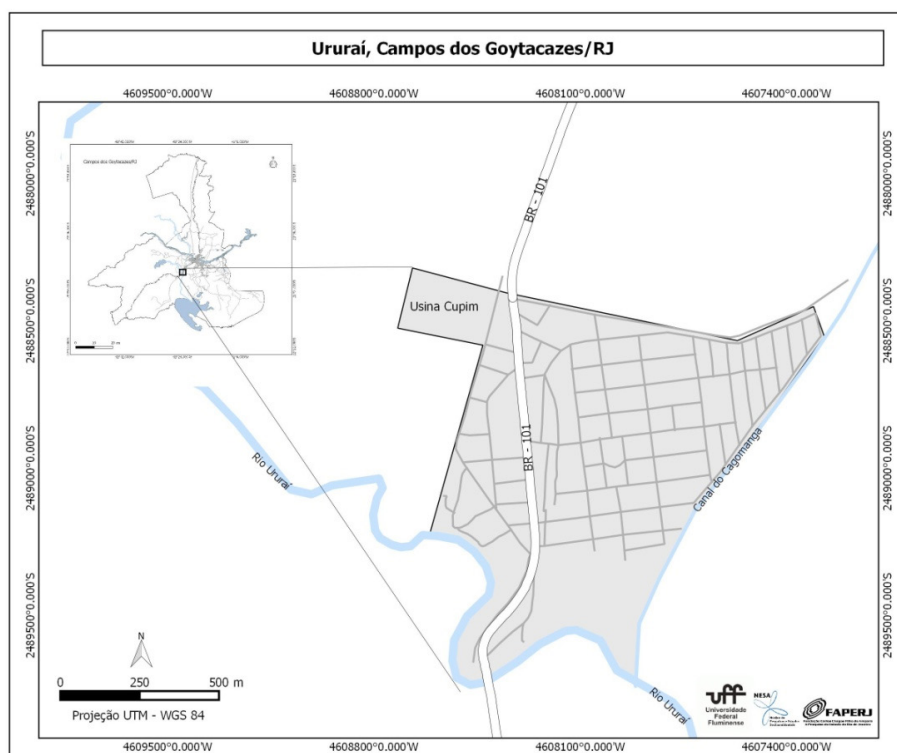


Figura 2: Localização de Ururaí no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Fonte: NESA/UFF, 2014.

Centro da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, Ururáí está localizado às margens de dois cursos hídricos: um rio do mesmo nome da localidade e do canal Cacomanga (resultado da retificação do rio e lagoa de mesmo nome, aberto para reduzir as zonas úmidas e liberar áreas de várzeas para o plantio da cana-de-açúcar). Tal posição faz com que muitas áreas de Ururáí estejam sempre sujeitas a processos de inundações, quando os corpos d'água buscam seu leito maior, em especial com as cheias de verão.

De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010), em Ururáí reside 1,9% da população do município, um total de 8.787 moradores, habitando em 2.562 domicílios particulares permanentes. Esses domicílios foram caracterizados como sendo 100% formados por casas, na sua maioria, próprias ou quitadas (87,3%), alugadas (6,8%), próprias em quitação (0,4%) e cedidas (0,3%). A porcentagem da população que tem acesso à rede de água regular, coleta de lixo e energia elétrica se aproxima do índice geral do município, tendo ampla cobertura. No entanto, o acesso ao banheiro e esgotamento sanitário se apresenta como um grande problema, pois apenas 39% contavam com essa infraestrutura naquele ano.

Na sua maioria, os domicílios particulares permanentes têm o homem como responsável. A renda *per capita* das pessoas era de R\$ 344,60, no período em que o salário mínimo era no valor de R\$ 510,00. Assim, o rendimento nominal mensal equivalia a 67,5% do valor do salário mínimo. Além disso, em 79% dos domicílios, a renda nominal mensal era de até um salário mínimo. Com esse dado, é possível inferir que o bairro é formado, em sua maioria, por famílias trabalhadoras, com baixa remuneração pelo trabalho, e, por isso, potenciais demandantes de políticas sociais de transferência de renda.

Se, durante décadas, os moradores estavam vinculados a atividades na lavoura de cana-de-açúcar e na usina de açúcar e álcool, com o fechamento da usina, a ocupação principal passou a ser o comércio e serviços. Mesmo buscando trabalho fora do bairro, os moradores continuaram residindo em Ururáí.

Destaca-se que a formação do atual núcleo urbano tem suas raízes no mundo rural, iniciada no século XVIII, a partir da formação de um pequeno engenho de produção de açúcar, chamado Cupim.

Após a segunda revolução industrial, o engenho foi vendido e deu lugar à Usina

Cupim, que funcionou até 2009 (Siqueira e Malagodi, 2013).
A referida atividade econômica, com sua sazonalidade, marcou a história do acesso a terra, da ocupação do solo, da trajetória de trabalho, da sazonalidade do emprego das famílias aí residentes, da forma de acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social e lazer. Por sua vez, a propriedade, a localização, a definição e o controle das casas dos funcionários/operários também eram de responsabilidade da Usina. Como não havia casa nem terrenos disponíveis e a preços acessíveis para todos, principalmente para os trabalhadores da lavoura, muitos só tiveram como alternativa ocupar as áreas de domínio estatal, como margens de rios, lagoas, canais, rodovias e ferrovias.

Em tal contexto de desigualdades e precariedade de condições de vida e de trabalho, desde já formadores de um processo de desastre, se forjaram os tensionamentos e condições propícias para crises agudas com qualquer intempérie provocada por fenômenos naturais como as chuvas.

Aspectos demográficos, padrões de assentamento e a desigual distribuição de terra figuram entre os elementos que se conjugam para incrementar as chamadas situações de vulnerabilidade.

Pesquisados por Soffiati (2004), Alentejano (2004) e Siqueira (2009), foram por eles analisados os conflitos que surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material na região Norte-Fluminense, onde Campos dos Goytacazes e Ururáí estão inseridos. Classificada no âmbito dos conflitos sociais relacionados ao meio ambiente, a questão de fundo nos casos analisados é a desigualdade nas formas de apropriação, uso e controle das terras e das águas entre proprietários rurais, pescadores de rios e lagoas e moradores da cidade e de núcleos urbanos.

Nesse contexto sociopolítico e econômico, o bairro de Ururáí sofreu, em novembro de 2008, com uma forte inundação, em decorrência de uma precipitação atípica nas cabeceiras dos rios Imbé, Preto e Macabu, que são afluentes do Rio Ururáí.

Siqueira e Malagodi (2013) consideraram esse fenômeno como um desastre, pela afetação causada e por ter gerado intervenções institucionais mais complexas, que extrapolaram a atuação da Defesa Civil municipal na tomada de decisões.

A crise, aprofundada pelas fortes chu-

4 - No período em que os formulários foram preenchidos pela SMEAS, o valor do salário mínimo era de R\$545,00.

vas, revelou-se de forma espetacular porque foi intensamente coberta pela mídia local e nacional, publicizando os conflitos historicamente identificados. A malha de canais construída para drenar as águas das várzeas e das enchentes não foi suficiente. Tampouco os diques da cidade e do meio rural conseguiram conter as águas dos corpos hídricos; ao contrário, diques construídos irregularmente por fazendeiros, nas suas propriedades, impediram o escoamento das águas em direção aos canais que as levariam ao mar. Vários núcleos urbanos e rurais da Baixada Campista ficaram submersos, entre eles Ururá. Em resposta,

A solução apresentada para se reduzir o volume de águas nas localidades afetadas (no momento em que a população estava com suas casas já quase submersas) foi a destruição, por explosão, de alguns diques, como na Fazenda do Louro, o que permitiria o escoamento das águas em direção à malha de canais, à Lagoa Feia e ao mar. Segundo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (2008), os diques tinham sido construídos ilegalmente pelo proprietário, e a forma como foram feitos ocasionava tanto uma redução da calha do rio Ururá, diminuindo a vazão das águas que desembocavam na Lagoa Feia, quanto uma redução da área da própria Lagoa, dificultando a saída das águas em direção ao mar por um sistema de canais, controlados por comportas. Tal proposta e sua consolidação colocaram em confronto projetos distintos, revelando e publicizando conflitos históricos entre proprietários rurais de um lado e pescadores de rios e lagoas, moradores de áreas urbanas e ambientalistas de outro. (Malagodi e Siqueira, 2012, p. 8).

Se, por um lado, estavam colocados os interesses antagônicos das diferentes classes e segmentos de classes sociais, por outro, a prefeitura era pressionada a dar respostas mais definitivas aos problemas advindos dos riscos de desastres relacionados à água que há muito tempo atingiam um grande contingente populacional.

Assim, a solução empreendida pela prefeitura foi o reassentamento das famílias residentes em áreas consideradas de risco, nas unidades do Programa Habitacional Morar Feliz, que foi lançado no ano de 2010. A meta desse programa é a construção de dez mil unidades habitacionais em loteamentos dotados de infraestrutura básica: água, luz, pavimentação, calçamento e esgotamento sanitário. Nesse mesmo ano ocorreu a licitação para a escolha da empresa que realizaria a construção. No entanto, tal ação só foi regulamentada em 2011, com a publicação do Decreto 055/2011, que estabelecia os critérios e os procedimentos para a con-

cessão das casas populares. Nele está definido que serão priorizadas, na ordem que se segue, as famílias que se encontrem:

I - ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;

II - vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;

III - oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social. (PMCG, DECRETO 055/2011).

É possível perceber a centralidade do programa no atendimento às famílias que residem na classificada área de risco pela defesa civil. Assim, muitos moradores de Ururá, que haviam sido atingidos pelas cheias do rio, foram reassentados nos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz. Pesquisa realizada nos cadastros do Departamento de Habitação, da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, nos informa que 156 famílias deixaram o bairro de Ururá e foram residir em três conjuntos habitacionais localizados nos bairros: Penha, Novo Jóquei e Tapera. Desse universo, 38 famílias deslocadas retornaram ao bairro de origem para morarem em residências alugadas pela Prefeitura (Figura 3).

Constatamos que 80,8% das famílias tinham a mulher como a titular do imóvel e que dessas, 52% eram chefes de família, uma vez que assumiam a responsabilidade pela manutenção e reprodução do seu grupo familiar. Eram mulheres que se encontravam na fase adulta, sendo relativamente jovens (35% possuíam idade entre 18 e 30 anos e 45% entre 31 e 50 anos) e com baixa escolaridade. 45% possuíam o ensino fundamental incompleto, o que refletia na sua condição de emprego e ocupação. Apenas 28,6% declararam estar trabalhando, exercendo, em sua maioria, ocupações como: diarista, doméstica e auxiliar de serviços gerais. Com isso, a renda individual de 53,2% dessas mulheres era entre meio e um salário mínimo⁴.

Do universo pesquisado, as famílias possuíam, em média, 3,6 membros, número um pouco acima da média nacional que é de 3,3. No entanto, é bem maior que a média do estado do Rio de Janeiro, que é de 2,9, uma das menores do país.

É importante destacar que as famílias de Ururá, que foram reassentadas nos conjuntos habitacionais, não eram provenientes apenas das áreas qualificadas pela

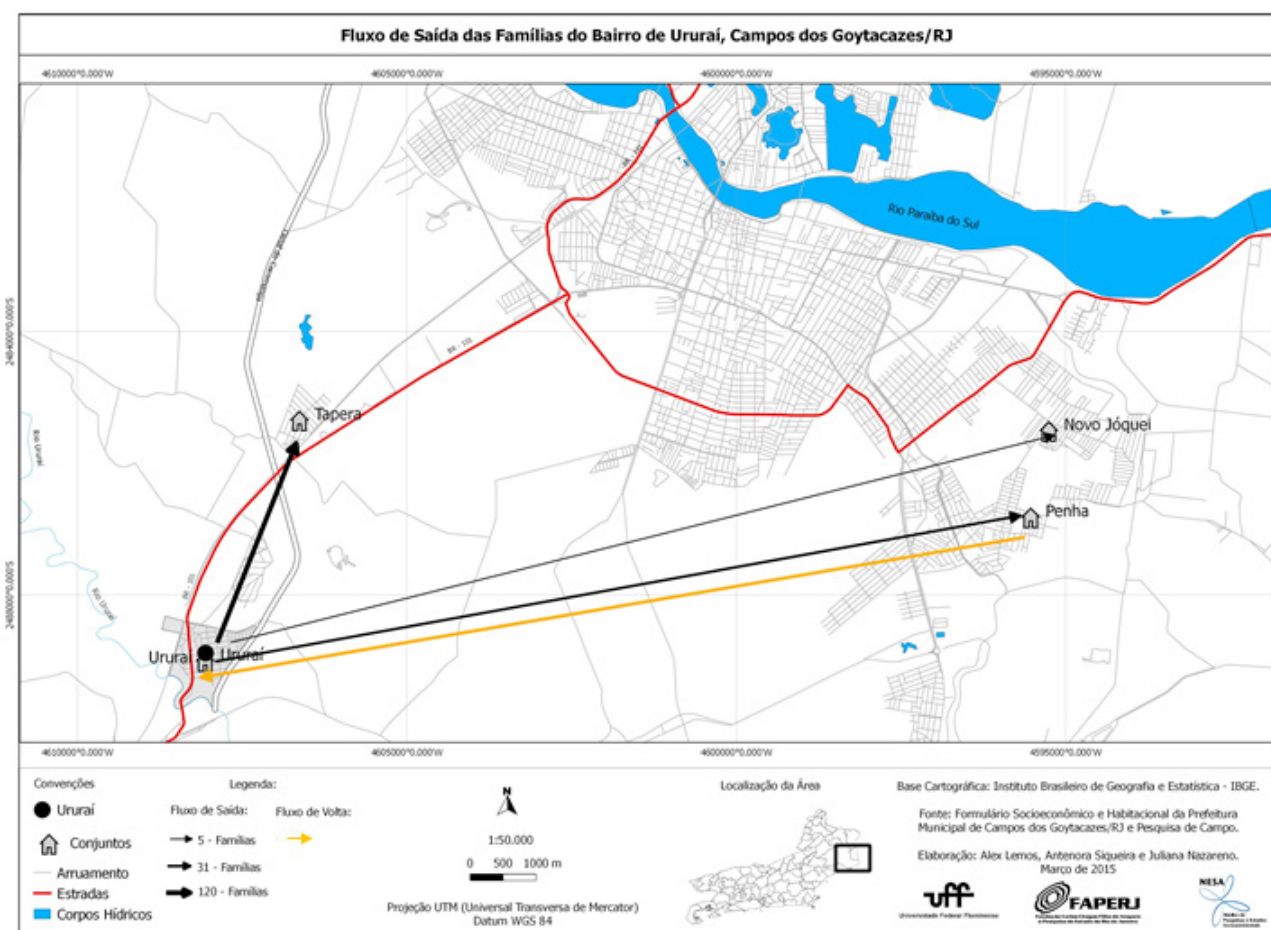


Figura 3: Fluxo de saída e retorno dos moradores de Ururui para conjuntos habitacionais.

Defesa Civil como de risco de enchentes e inundações, mas também aquelas que residiam às margens da rodovia BR101, sendo que o risco a que estavam expostos era relacionado a acidentes rodoviários.

Parte significativa das famílias declarou, nos formulários analisados, que a casa era própria, no entanto, não ficou explícito como essa condição se apresentava. Por casa própria poderia ser tanto a “posse comprada”, em que consta um contrato de compra e venda ou a escritura lavrada em cartório, como “posse originária”, em que não houve a transmissão de uma pessoa para outra por contrato escrito e oneroso, sendo o imóvel tomado pelo posseiro, invadido, sem oposição de terceiros. Tal situação vem-se confirmando nas entrevistas qualitativas realizadas com alguns moradores.

A casa era dos meus pais. Aí eles faleceram e ficou eu e a minha irmã morando lá. A área era nossa. Meu pai tinha a titularidade da área. (Moradora 5).

O terreno que comprei. Tinha contrato de compra e venda. Não era escritura (Moradora 9).

Minha mãe era dona da terra. Ela tinha a escritura. (Moradora 3).

Assim, não é possível traçar uma informação precisa sobre a titularidade do

imóvel, mas inferimos que a maioria das famílias não possuía escritura da casa, no máximo um contrato de compra e venda, por estarem em áreas que ofereciam risco de ordem ambiental e social e, no caso da beira da rodovia, em áreas pertencentes ao Estado. Tal constatação é ilustrativa das expressões da questão fundiária do município, que, por sua vez não é diferente da situação nacional, em que a ocupação de áreas não passíveis de urbanização, como aquelas inundáveis, se tornou a alternativa habitacional para os mais pobres. De acordo com Maricato (2013), apesar de ilegal, essa alternativa habitacional está institucionalizada no país, por se constituir como a válvula de escape de um mercado fundiário especulativo, que tornara a habitação uma mercadoria muito cara. Com isso, a remuneração recebida pela venda da sua força de trabalho não permitia, ao conjunto de trabalhadores mais empobrecidos, assumir todos os custos relacionados à moradia.

Não podemos negar que muitos reassentamentos são necessários, em função das condições precárias e da situação de vulnerabilidade socioambiental a que as famílias foram historicamente expos-

tas. No entanto, as legislações nacionais que versam sobre o assunto, bem como as orientações dos organismos internacionais preconizam que tais práticas devem ser utilizadas como último recurso, quando todas as alternativas tiverem sido analisadas. Além disso, devem priorizar a participação da população envolvida e o acompanhamento dos agentes públicos que promovem a ação em todo o processo, ou seja, antes, durante e após o reassentamento.

Entrevistas realizadas com três famílias que foram reassentadas no bairro Penha nos indicam várias situações vivenciadas durante o processo de reassentamento que merecem reflexão. Acreditamos que essas experiências podem ter sido semelhantes às de outras famílias contempladas com unidades habitacionais do Programa Morar Feliz, como já nos indicaram as pesquisas realizadas por Mendes (2015) e Arruda (2014).

O primeiro aspecto que destacamos é a percepção das cheias do rio e a forma como lidavam com estes eventos.

Na enchente de 2008 eles disseram que teve que abrir as comportas porque tava alagando Ururáí todo. A explicação foi que a água subiu por conta das comportas, mas eu acredito porque os canais estão tudo entupido. A água não tem onde escorrer e vai pra onde? Pra casa das pessoas. Mas até 2006 não tinha. Eu pego água só no quintal, mas já tínhamos outra passagem pra este período. Eu ia trabalhar e voltava. Aos poucos fui aterrando o quintal e melhorando. (Moradora 9)

O que dava para tirar a gente tirava, o que não dava ficava. Perdi guarda roupa, cama, o berço do outro eu perdi novinho. Por mais que botei em cima da mesa, mas não deu. Isso foi na enchente de 2008. Nessa enchente nós fomos pra creche, aí como na creche também foi água, aí saímos de lá e fomos pro Parque Aurora. Do Parque Aurora voltamos pra Ururáí de novo. Ficamos no aluguel. Cada família alugou uma. Eu fiquei numa casa, minha mãe noutra e minha irmã noutra. Do aluguel social voltamos pra casa. Aí levou mais uns anos naquela correria da enchente e depois que vim pra cá. Vim pra cá em 2011. (Moradora 3)

Nesses relatos, a enchente de 2008 foi marcante para eles, pois ocasionou perdas materiais e a permanência por um período maior de tempo nos abrigos coletivos. Isso demonstrou que as alternativas cotidianas que haviam construído ao longo do tempo para o enfrentamento das cheias não foram suficientes. Todas as famílias entrevistadas passaram pela experiência do abrigo, no primeiro momento da enchente. Após o abrigamento, elas foram inseridas no aluguel social e depois reassentadas no conjunto habitacional do bairro da Penha. Apenas uma família

não foi inserida no aluguel social, retornando para sua casa, na área condenada pelos peritos da Defesa Civil, e lá fez as reformas necessárias para adequar novamente a casa às necessidades de moradia. Permaneceu nela por aproximadamente quatro meses, quando a prefeitura avisou que todas as famílias daquele local seriam “removidas” para os conjuntos habitacionais. Os relatos abaixo demonstram tal situação:

Eu não lembro, faz muito tempo. Eu fui cadastrada. Aí eu fui lá no CSU [Centro Social Urbano] falei que minha casa tava em risco. A água já estava entrando dentro de casa. Aí eu conversei e eles foram lá. Aí pegaram meu nome. Aí eu cheguei a morar no aluguel social por um tempo, lá mesmo em Ururáí. Do aluguel social em vim pra cá. O dinheiro do aluguel, pago pela prefeitura, era o valor do aluguel que eu pagava. Eu não pagava nem água nem luz no caso. (Moradora 5)

Fui para o Mário Barroso (escola), do Mário Barroso fui para o aluguel. Só que lá na hora, no CSU, eles me darem o aluguel. Só quando eu fui pra escola e arrumei minha condução, que eu mudei pra casa. No outro dia, eles ligaram para dona da casa, não ligaram pra mim não, dizendo que eu não tinha perfil para ficar no aluguel. Eu estava no abrigo, minha casa estava com água. Como eu não tinha perfil para o aluguel? Aí eu falei, nós fomos lá ontem e ela fez o aluguel. Aí ficou eu pagando aluguel de R\$350,00. Aí a água abaixou na minha casa. Eu endireitei minha casatodinha. Gastei mais de R\$3.000,00. Botei piso, fiz parede, reboquei. Minha casa ficou outra. Mudei pra casa. Quando tinha 3,4 meses que tinha voltado pra casa e gastado este dinheiro todo, aí foi que chegou lá dizendo que ia tirar todo mundo porque era área de risco e aqueles que não saíssem não ia aceitar na escola. Ia ficar na água. Foi fazendo aquela pressão toda. Foi quando nós viemos. (Moradora 9)

É importante ressaltar que a maioria das mudanças aconteceu no final do ano de 2011, quando o Rio Ururáí voltou a encher. Nesse mesmo período estavam sendo entregues as casas nos conjuntos habitacionais da Penha e do Novo Jóquei, possibilitando que a prefeitura fizesse a remoção de emergência de algumas famílias para aqueles bairros. No entanto, o rio não chegou a atingir a cota de transbordo.

De acordo com uma entrevistada,

O pessoal da secretaria [Secretaria de Família e Assistência Social]. Eles foram na casa fazendo aquela pressão toda, você sabe que vai encher d'água, que vai perder tudo e não vai ter apoio, que não vai poder ir pra escola [abrigo temporário], então vai ter que ficar dentro d'água. Então muita gente (...).Então muita gente aceitou.Veio muita gente. Mas muita gente voltou. Tá em Aluguel Social pra ter a casa de volta, onde está construindo. Mas você tem duas opções, ou fica dentro d'água ou aceita a casa. Então muita gente aceitou. Muita gente saiu pra qui, pro Novo Jockey. Muita gente mesmo. (Moradora 9).

Uma moradora que resistiu e não aceitou ir, inicialmente, para a unidade habitacional no Programa Morar Feliz, relatou em entrevista:

Quando foram, é porque estava enchendo o rio. Mas não tava enchendo porque dava pra atingir ninguém, não. Eles aproveitaram um lance desses. Eles viram o rio enchendo e falaram o que? Agora eles vão. Só que dessa vez que eles vieram buscar o pessoal, a água não deu pra encher, porque a minha veio até aqui. Tapa isso aqui, a calçada aqui tapa. Ficou quase entrando. Sabe? Ai mas quando eles viram que Duda [representante da Prefeitura no bairro] veio, aqueles caminhãozeiros, eles foram. Eles não pensaram primeiro. (Moradora 20).

Percebemos que alguns moradores se sentiram pressionados a deixar suas casas, e até mesmo ameaçados de ficarem sem a ajuda do poder público, caso fossem atingidos por novas enchentes. No entanto, a alternativa oferecida foi a residência em bairros distantes dos seus, em outro extremo da cidade (figura 3). Não foi permitido aos moradores opinarem sobre o seu processo de reassentamento, e nem “oferecida” a oportunidade de escolha. Dessa forma, a condução de tal processo fere as orientações dos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, que preconizam a participação da população em todo o processo que envolve ações de reassentamentos.

Ressaltamos que as famílias consideraram que a saída da área foi importante, pois permitiu eliminar o “risco” a que estavam expostos. No entanto, para uma entrevistada, a casa que passou a habitar era muito menor do que a anterior, fazendo com que tivesse que se desfazer de parte do seu mobiliário. Mas, para as demais, o acesso à casa trouxe o status de proprietária, pois passaram a ter uma casa bem estruturada, em um lote que era delas. Além disso, permitiu adquirir bens de consumo que antes não podiam, ou porque não cabiam na casa anterior, ou porque seriam perdidos na próxima inundação.

Por um lado melhorou, porque lá, assim, praticamente eu ficava na casa da minha mãe. Aqui não, eu já tenho a minha casa. Pude terminar de comprar as minhas coisas, que eu não tinha. E lá eu não tinha como comprar, que era só um cômodo, então... não tinha condições de comprar nada. Pra mim aqui melhorou. Posso fazer o que eu quiser, estou dentro da minha casa. (Moradora 3)

O acesso à casa própria é um importante instrumento utilizado pelo Estado e pelo capital para a adesão dos segmentos sociais aos seus ideais, em especial os mais empobrecidos. Assim, foi utilizado como a resposta mais eficaz ao problema habita-

cional brasileiro. No entanto, é uma ação que insere o sujeito pela via do consumo e da propriedade e não pela efetivação de direitos sociais.

Mas, para os moradores entrevistados, o acesso à casa própria foi perpassado por conflitos e angústias, uma vez que tudo aconteceu muito rápido.

Cadastrou as pessoas. Ai foi uma coisa rápida. Eles foram lá em casa numa segunda-feira. Rodou lá dentro da Ilha. Tava chovendo. Depois na terça a gente tinha que ir no CSU. Ai nos fomos no CSU, eles falaram pra voltar que seria lá mesmo. Nós voltamos. Na quarta-feira todo mundo mudou. Ai aqueles que não deu tempo de mudar na quarta, mudou na quinta. Foi um alvoroço. Eu, minha casa enorme, tinha bastante coisa e olha que deixei bastante coisa pra trás. (Moradora 9).

A falta de tempo para que as pessoas pudessem se organizar pode ter contribuído para que muitos não refletissem sobre os impactos que tal mudança acarretaria em suas vidas e que foram sentidas no período pós-reassentamento, dificultando a adaptação ao novo local de moradia.

Percebemos que a grande dificuldade de adaptação perpassou pela fragilidade dos vínculos afetivos com a vizinhança, como exemplificam os relatos abaixo:

Lá em Ururá era muito diferente (risos). Tinha os meus amigos, aqui não. Não tenho mais aquela amizade que eu tinha lá. Aqui não tenho. Só mesmo a minha vizinha que é um amor. Mas tirando isso, não tem nada pra te falar não. (Moradora 3).

Mas eu não tenho muita intimidade com meus vizinhos.

Os meus vizinhos de Ururá que vieram já foram tudo embora. Não ficaram não. Uns abandonaram a casa e outros foram pro aluguel social. Foi nesse período que eu fui tentar conseguir pra mim e não consegui porque tinha que pagar a água e a luz. (Moradora 5).

O convívio foi difícil. Cada bairro tem um jeito. Lá o convívio era outro. Eu achei as coisas aqui mais... assim... meio estranho. Bem difícil. Foi difícil adaptar ao lugar. No início... assim... morei lá quase 30 anos e de repente você sai... fica assim...

Tinha aquele negócio de muita gente ir embora. A gente também ia voltar porque não estava adaptando. Difícil acostumar, ainda mais vendo as pessoas voltarem. Mas depois de ter gastado, pra voltar... eu gastei mais de 5.000 e não vou ter de volta... não dá. (Moradora 9).

O desejo de duas entrevistadas em voltar para o bairro de origem era declarado, pois lá a vida se apresentava de maneira mais intensa, já que possuíam os vínculos afetivos e sociais. No entanto, uma moradora relata não poder pleitear a troca da casa por estar com as contas de água e luz atrasadas (tendo instalado ligações clandestinas para continuar

usufruindo os serviços). Isso demonstra a manutenção das condições de vulnerabilidade das famílias em função da baixa renda recebida pelas famílias. Nas novas habitações, elas passaram a ter despesas que antes não possuíam, sem terem aumentado seus rendimentos mensais. Com isso sinalizamos a importância de programas de geração de emprego e renda para essas famílias, voltados para essas famílias.

No antigo bairro, as famílias podiam contar com uma rede de solidariedade que as ajudava nos momentos que precisavam, seja por meio do empréstimo ou doação de gêneros alimentícios, pelos vizinhos, seja pelo compartilhamento do cuidado com os filhos e idosos. Situação que parece não se reproduzir no atual local de moradia, pois relatos indicaram que cada família vivia “no seu canto”, e as relações se estendiam aos vizinhos mais próximos, geralmente aqueles que residiam nas casas ao lado. (Mendes, 2015).

Por outro lado, os que puderam residir próximo aos seus familiares, demonstraram-se mais adaptados ao novo lugar.

É importante ressaltar que, mesmo diante das pressões sofridas pelos moradores de Ururá para saírem de suas casas, os relatos indicam que alguns resistiram a essa situação, reivindicando que os reassentamentos, se necessário, acontecessem no próprio bairro e em bairros próximos. Apesar de muitas famílias terem sido reassentadas, tais reivindicações surtiram efeito, pois a maioria das famílias residentes em áreas consideradas “de risco”, especialmente aquelas próximas à rodovia, está prevista para ser contemplada na segunda fase do Programa, que prevê a construção de um conjunto habitacional em Ururá.

Considerações Finais

A maior justificativa para a atual política habitacional do município é “a retirada das famílias das áreas de risco”, em especial de enchentes/inundações. Esse processo envolve disputas pelo controle do solo urbano, pela definição das formas de acesso e usufruto das cidades, por in-

terferir em projetos de desenvolvimento que reforçam e aprofundam desigualdades sociais. Nesse sentido, os conflitos sociais assumem peculiaridades socioespaciais.

A experiência vivida pelos moradores de Ururá, que foram atingidos pelas inundações, indica que o discurso do risco vem sendo utilizado para legitimar a remoção forçada das famílias residentes em áreas precárias, despolitizando o debate.

Primeiramente, leva ao entendimento de que o reassentamento é a única alternativa possível para o enfrentamento das situações relacionadas aos desastres relacionadas à água, sem considerar outras possibilidades como a construção/implantação de diques, urbanização e revitalização das áreas de ocupação, entre outras. As famílias são levadas a residir em locais desconhecidos, muitas vezes distantes do seu antigo lugar de moradia, tendo seus vínculos afetivos e de trabalho fragilizados em função do novo lugar em que passam a residir na cidade.

Além disso, não prima pela participação da população, impedindo que possa influir em todo o processo que envolve o seu reassentamento. Com isso, as famílias se tornam objetos da política e, sem expressão e sem voz, têm seus modos de vida modificados, arbitrariamente, pela ação do Estado.

Por fim, desconsiderando as diferentes demandas e necessidades dos sujeitos, a ação é conduzida de forma fragmentada e desarticulada. No entanto, consideramos que os desastres relacionados às inundações não são episódicos. As ciências sociais os consideram como processo e como evento, o que quer dizer que as condições antes, durante e depois dos fenômenos como chuvas, tempestades, entre outros, devem ser foco de atuação preventiva das políticas públicas. Nesse sentido, o enfrentamento por meio de políticas habitacionais deve primar pela ação intersetorial e participativa, que abarce desde as situações pré-eventos até seu desfecho, no pós-assentamento, por meio do acompanhamento dessas famílias em sua nova habitação

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H., HERCULANO, S., PÁDUA, J.A. (Orgs). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará; 2004.

ARRUDA, Ana Paula S. Política Habitacional e direito à cidade: a experiência do Programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ. 2014. (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Federal Fluminense, Cam-

pos dos Goytacazes, 2014.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Decreto Lei 055/2011, de 28 de fevereiro de 2011.

CEPED/UFSC. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010: volume Brasil. 1 ed. Florianópolis: CEPED/UFSC. 2012a .

_____. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010: volume Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED/UFSC. 2012b

GARCIA ACOSTA, V. El riesgo como construccion social y la construccion social del riesgo. Desacatos, Revista de Antropologia Social, v.19, México, CIESAS. 2005. p.11-24.

MALAGODI, M.; SIQUEIRA, A. M. Enchentes, Vulnerabilidade e Remição em Campos dos Goytacazes (RJ). Anais... VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT11-771-747-20120630174412.pdf> Acesso em 23/03/2015.

MARICATO, Ermínia. Brasil cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

MENDES, Juliana T. N. O habitar: práticas socioespaciais no conjunto Morar Feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes-RJ. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

QUARANTELLI, E., "What should we study? Questions and suggestions for Researchers about the concept of Disasters", International Journal of Mass Emergencies and Disasters, March, Vol. 5, No. 1, 1987, Mattoon, International Research Committee on Disasters. pp. 7-32.

REVET, S. Penser et affronter les désastres: un panorama des recherches en sciences sociales et des politiques internationales, en: Critique Internationale, v.1, n.52 – juillet-septembre, Paris, Presses de Science Po.. p.157-173, 2011.

RIOS, D. Espacio urbano y riesgo de desastres: La expansión de las urbanizaciones cerradas sobre áreas inundables de Tigre (Argentina). Ambiente e sociedade [online]. vol.12, n.1, pp. 99-114, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29/05/2014.

SIQUEIRA, A.M.M., MALAGODI, M.A.S. Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes/RJ: o caso Ururá. In: LEITE, A.F. e GOMES, M.A.S. Dinâmica Ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, p.35-66, 2013.

VALENCIO, N. Para além do 'dia do desastre' – o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

_____. Desastres no Brasil: a face hídrica do antidesenvolvimento. In: VALENCIO, N. e SIENA, M. (Orgs.). Sociologia dos Desastres. Construção, interfaces e perspectivas. Vol. IV, São Carlos: RiMa Editora, p. 92-150, 2014.